



**Fundação Infantil  
Ronald McDonald™**  
Portugal

---

Aproximamos famílias

---

**Demonstrações Financeiras 2021**

---

**Fundação Infantil Ronald McDonald**



## Fundação Infantil Ronald McDonald

### Relatório de Gestão 2021

O relatório de gestão da Fundação Infantil Ronald McDonald é apresentado de forma facultativa para melhor contextualizar as demonstrações financeiras do ano, apesar de atualmente não estar abrangido pela obrigação legal pela Lei das Sociedades Comerciais.

#### Contexto e atividade em 2021

Apesar da dinamização crescente do processo de vacinação, o ano de 2021 continuou marcado pelo impacto das restrições definidas pelo Governo para atenuar a dispersão da contaminação pelo vírus Covid-19. Em consequência, as famílias continuaram com limitações na sua mobilidade nos hospitais e nas visitas externas, bem como o voluntariado presencial que continuou suspenso.

Em 2021, as Casas e o Espaço Familiar puderam reabrir, cumprindo com as regras de segurança e higiene definidas pelos hospitais. Em 2021, a Casa Ronald McDonald do Porto esteve sempre a funcionar. A Casa Ronald McDonald de Lisboa reabriu no final de agosto, com as zonas públicas renovadas, e o Espaço Familiar de Santa Maria reabriu em abril, exceto aos fins de semana, com melhorias na cozinha.

No entanto, a ocupação e a utilização das Casas e do Espaço Familiar durante o ano de 2021 ficaram ainda muito aquém das verificadas em 2019 e mesmo 2020.

As Casas tiveram uma ocupação média de 52%, apoiando 88 famílias em 2994 noites, comparando com 232 famílias em 2020, com uma duração média de estadia de 26 dias. A utilização diurna das casas foi quase nula devido às restrições de mobilidade das famílias nos hospitais.

O Espaço Familiar do Hospital de Santa Maria recebeu um total de 134 famílias em 2021 versus 191 famílias em 2020.

Perante a dificuldade em apoiar as famílias neste período de pandemia, e em colaboração estreita com os hospitais, a Fundação questionou sobre as necessidades das famílias nos hospitais e desenvolveu em resposta os kits de "higiene e conforto", compostos por alguns produtos de conforto para o sono e de higiene para a melhoria no acolhimento das famílias nos hospitais. Em 2021 foram entregues 1872 kits, nomeadamente nos hospitais D. Estefânia, Fernando de Fonseca, São João e Santa Maria.

Em meados de dezembro de 2021, foi inaugurada a Sala de Brincar no Hospital de São João, um programa local da Fundação Infantil Ronald McDonald. Este espaço recebeu 216 crianças apenas nos últimos 15 dias do mês de dezembro.

Os Resultados Líquidos em 2021 são positivos em 379.950,75 que propomos sejam aplicados em Resultados Transitados.

### Perspetivas para o exercício de 2022

É esperado que no próximo ano de 2022, com o alívio das restrições relacionadas com o Covid-19, exista um aumento da resposta social da Fundação junto das famílias com crianças em tratamento hospitalar, com os projetos a retomarem a sua atividade regular e a reforçarem a sua relação com os hospitais parceiros.

Em 2021 verificou-se o aumento de 1 colaborador para um total de 10 colaboradores na Fundação, com o objetivo de alavancar a divulgação da missão da Fundação nos vários canais digitais.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A Fundação tem acompanhado a evolução dos acontecimentos ocorridos após 24 de fevereiro de 2022, com o início do conflito militar desencadeado pela invasão da Ucrânia por parte da Federação Russa. Esta situação originou uma incerteza acrescida sobre a evolução das economias e dos mercados financeiros a nível mundial, não sendo possível, à data, estimar os potenciais efeitos futuros nas operações da Entidade. Não identificámos, a esta data, quaisquer impactos materiais que devessem originar alterações às demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2021.

Ao finalizar este relatório, cumpre-nos deixar uma palavra de reconhecimento a todos os colaboradores pelo empenho e profissionalismo demonstrados, bem como um agradecimento a todos os mecenas da Fundação Infantil Ronald McDonald.

Lisboa, 10 de maio de 2022

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



FUNDAÇÃO INFANTIL RONALD MCDONALD

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31/12/2021

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2021 (1)	31/12/2020 (2)	Variação % (1)-(2)
<b>ATIVO:</b>				
<b>Ativo não corrente:</b>				
Ativos fixos tangíveis	5	2 361 413,41	2 328 204,11	1,43%
Ativos intangíveis	5	-	-	-
Investimentos Financeiros	13.3	4 696,46	3 607,98	30,17%
		<b>2 366 109,87</b>	<b>2 331 812,09</b>	<b>1,47%</b>
<b>Ativo corrente:</b>				
Créditos a receber	10.2	91 167,29	131 357,60	-30,60%
Inventários	6	5 560,31	6 883,06	-19,22%
Estado e outros entes públicos	10.6	1 187,20	1 663,29	-28,62%
Outras ativos correntes	10.3	137 714,29	30 473,43	351,92%
Diferimentos	10.4	9 551,05	7 873,61	21,30%
Caixa e depósitos bancários	10.1	2 242 962,45	1 947 005,56	15,20%
		<b>2 488 142,59</b>	<b>2 125 256,55</b>	<b>17,07%</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>4 854 252,46</b>	<b>4 457 068,64</b>	<b>8,91%</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>				
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>				
Fundos	10.9	99 759,58	99 759,58	-
Resultados transitados	10.9	2 824 552,03	2 399 493,01	17,71%
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	10.9	1 362 539,09	1 362 539,09	-
Resultado líquido do período	10.9	379 950,75	425 059,02	-10,61%
<b>Total dos Fundos Patrimoniais</b>		<b>4 666 801,45</b>	<b>4 286 850,70</b>	<b>8,86%</b>
<b>PASSIVO:</b>				
<b>Passivo corrente:</b>				
Fornecedores	10.5	5 152,73	24 945,44	-79,34%
Estado e outros entes públicos	10.6	33 761,26	50 724,28	-33,44%
Outros passivos correntes	10.7	148 537,02	93 040,20	59,65%
Diferimentos	10.8	-	1 508,02	-100,00%
		<b>187 451,01</b>	<b>170 217,94</b>	<b>10,12%</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>187 451,01</b>	<b>170 217,94</b>	<b>10,12%</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>		<b>4 854 252,46</b>	<b>4 457 068,64</b>	<b>8,91%</b>

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado



Manita Gonçalves



## FUNDAÇÃO INFANTIL RONALD MCDONALD

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31/12/2021

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2021 (1)	2020 (2)	Variação % (1)-(2)
Vendas e serviços prestados	7	403 583,07	295 698,62	36,48%
Subsídios, doações e legados à exploração	8	1 046 363,19	994 473,74	5,22%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(362 666,83)	(248 893,67)	45,71%
Fornecimentos e serviços externos	13.1	(177 915,90)	(178 897,71)	-0,55%
Gastos com o pessoal	11	(398 339,39)	(342 160,74)	16,42%
Outros rendimentos	7	1 804,44	2 374,68	-24,01%
Outros gastos	13.2	(22 634,82)	(4 160,42)	444,05%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		490 193,76	518 434,50	-5,45%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(101 369,64)	(83 393,07)	21,56%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		388 824,12	435 041,43	-10,62%
Juros e gastos similares suportados		-	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-	-
Resultado antes de impostos (EBT)		388 824,12	435 041,43	-10,62%
Imposto sobre o rendimento do período	9	(8 873,37)	(9 982,41)	-11,11%
Resultado líquido do período		379 950,75	425 059,02	-10,61%

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado



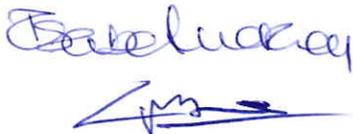
FUNDAÇÃO INFANTIL RONALD MCDONALD

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31/12/2021

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2021 (1)	31/12/2020 (2)	Variação % (1)-(2)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Recebimentos de clientes e utentes	10.2	329 490,44	279 252,41	17,99%
Pagamentos a fornecedores	10.5	(203 303,69)	(140 704,16)	44,49%
Pagamentos ao pessoal	11	(367 805,38)	(375 188,16)	-1,97%
Caixa gerada pelas operações		(241 618,63)	(236 639,91)	2,10%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	9	(9 982,41)	(37 765,02)	-73,57%
Outros recebimentos/pagamentos	10.3,10.7	697 954,37	792 244,37	-11,90%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		446 353,33	517 839,44	-13,80%
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos	5	(149 307,96)	(53 317,21)	180,04%
Ativos intangíveis				
Outros ativos	13.3	(1 088,48)	(1 095,52)	-0,64%
Juros e rendimentos similares				-
Dividendos				-
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos Financeiros				
Juros e rendimentos similares				-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(150 396,44)	(54 412,73)	176,40%
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Pagamentos respeitantes a:				
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)				
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)				-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		295 956,89	463 426,71	-36,14%
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 947 005,56	1 483 578,85	31,24%
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 242 962,45	1 947 005,56	15,20%

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado

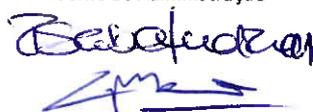


FUNDAÇÃO INFANTIL RONALD MCDONALD  
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DE 2020

(Montantes expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	Fundos	Resultados Transitados	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS
Posição no início do período 2020	99 759,58	2 031 488,50	1 362 539,09	368 004,51	3 861 791,68
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	-	368 004,51	-	(368 004,51)	-
		368 004,51		(368 004,51)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				425 059,02	425 059,02
RESULTADO INTEGRAL				57 054,51	57 054,51
Posição no fim do período 2020	99 759,58	2 399 493,01	1 362 539,09	425 059,02	4 286 850,70

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado

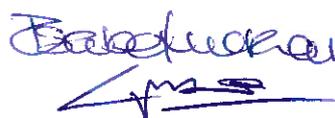
Maiz Gonçalves

FUNDAÇÃO INFANTIL RONALD MCDONALD  
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	Fundos	Resultados Transitados	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS
Posição no início do período 2021	99 759,58	2 399 493,01	1 362 539,09	425 059,02	4 286 850,70
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	-	425 059,02	-	(425 059,02)	-
		425 059,02		(425 059,02)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				379 950,75	379 950,75
RESULTADO INTEGRAL				(45 108,27)	(45 108,27)
Posição no fim do período 2021	99 759,58	2 824 552,03	1 362 539,09	379 950,75	4 666 801,45

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado

Maiz Gonçalves



**Fundação Infantil  
Ronald McDonald™**  
Portugal

---

Aproximamos famílias

---

**Anexo às Demonstrações Financeiras 2021**

---

**Fundação Infantil Ronald McDonald**

*BA*  
*ZMZ*

## Índice

NOTA 1. Identificação da Fundação .....	5
NOTA 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras .....	5
2.1 – Referencial contabilístico .....	5
2.2 – Identificação e justificação das disposições da Normalização Contabilística para as Fundação do Sector não Lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais tenham sido derrogadas .....	5
2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior .....	6
NOTA 3. Principais políticas contabilísticas.....	6
3.1 – Bases de apresentação .....	6
3.1.1 – Pressuposto da continuidade .....	6
3.1.2 – Pressuposto do acréscimo.....	6
3.1.3 – Consistência de apresentação .....	6
3.1.4 – Materialidade e agregação.....	7
3.1.5 – Compensação .....	7
3.1.6 – Informação comparativa .....	8
3.2 – Políticas de reconhecimento e mensuração .....	8
3.2.1 – Ativos fixos tangíveis .....	8
3.2.2 – Bens do património histórico e cultural .....	10
3.2.3 – Imposto sobre o rendimento .....	10
3.2.4 – Inventários.....	11
3.2.5 – Fundadores, patrocinadores, doadores, associados e membros.....	11
3.2.6 – Instrumentos Financeiros.....	11
3.2.7 – Créditos a receber .....	12
3.2.8 – Caixa e depósitos.....	12

3.2.9 – Fundos Patrimoniais .....	12
3.2.10 – Reconhecimento do rédito.....	12
3.2.11 – Subsídios, doações e legados à exploração.....	13
3.2.12 – Provisões .....	13
3.2.13 – Transações e saldos em moeda estrangeira .....	14
3.2.14 – Benefícios dos empregados.....	15
3.2.15 – Fornecedores e outros passivos correntes.....	15
NOTA 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	15
4.1 – Aplicação inicial da disposição da NCRF-ESNL com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros .....	15
4.2 – Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento) ou com possíveis efeitos em períodos futuros .....	15
4.3 – Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos.....	16
4.4 – Erros materialmente relevantes de períodos anteriores .....	16
NOTA 5. Ativos fixos tangíveis e intangíveis.....	16
NOTA 6. Inventários .....	17
NOTA 7. Rédito.....	17
NOTA 8. Subsídios, doações e legados à exploração .....	18
NOTA 9. Imposto sobre o rendimento .....	18
NOTA 10. Instrumentos financeiros.....	19
10.1 – Caixa e equivalentes.....	19
10.2 – Créditos a receber .....	19
10.3 – Outros ativos correntes.....	19
10.4 – Diferimentos Ativos.....	19
10.5 – Fornecedores.....	19

JA

AMS

10.6 – Estado e outros entes públicos .....	20
10.7 – Outros passivos correntes .....	20
10.8 – Diferimentos Passivos .....	20
10.9 – Movimentos nas rubricas de Fundos Patrimoniais .....	20
NOTA 11. Gastos com o pessoal.....	21
NOTA 12. Divulgações exigidas por diplomas legais .....	21
NOTA 13. Outras informações relevantes.....	21
13.1– Fornecimentos e Serviços Externos .....	21
13.2 – Outros Gastos e Perdas .....	22
13.3 – Investimentos Financeiros.....	23
13.4 – Impacto do Coronavírus (COVID-19) .....	23
13.5 – Eventos subsequentes à data de Balanço .....	23

BA  
Lms

## NOTA 1. Identificação da Fundação

A Fundação Infantil Ronald McDonald (Fundação) foi constituída em 02 de Março de 2000 sob a forma de Fundação com publicação no Diário da República n.º 112, de 15/05/2000, Série III página 10 349, tem a sua sede em Edifício 7 Piso 2, nº 7 – 2 - Lagoas Park, na freguesia de Porto Salvo, concelho de Oeiras e Distrito de Lisboa. A Fundação, Instituição Particular de Solidariedade Social, tem por finalidade a promoção e a realização de iniciativas que contribuam para o bem-estar das crianças portuguesas e das suas famílias.

Foi reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, por despacho de 13 de Fevereiro de 2001 do Secretário de Estado – Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade e o respetivo registo foi lavrado em 26 de Fevereiro de 2001, pela inscrição nº 10/01, a fl. 37 do livro nº 6 das Fundações de Solidariedade Social.

## NOTA 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1 – Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) previstas pela Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (ESNL) publicada pelo Aviso n.º 8257/2015, de 29 de Julho, que faz parte do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, e que foi alterado pelo Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de Junho de 2015.

### 2.2 – Identificação e justificação das disposições da Normalização Contabilística para as Fundações do Sector não Lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais tenham sido derogadas

Não foram derogadas quaisquer disposições da Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (ESNL) que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Fundação.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

### NOTA 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Fundação na preparação das demonstrações financeiras foram consistentemente aplicadas aos dois períodos apresentados e descrevem-se abaixo:

#### 3.1 – Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF).

##### 3.1.1 – Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a Fundação avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da Fundação prosseguir os seus fins. Da avaliação resultou que a Fundação tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

Para as ESNL este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de garantir a sua sustentabilidade.

##### 3.1.2 – Pressuposto do acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

##### 3.1.3 – Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

### 3.1.4 – Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

### 3.1.5 – Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Fundação. A Fundação empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.



### 3.1.6 – Informação comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

## 3.2 – Políticas de reconhecimento e mensuração

### 3.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Fundação espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado nos fundos de capital como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio

associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

As depreciações são calculadas sobre o valor de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação anual, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	5 a 50
Equipamento básico	4 a 8
Ferramentas e Utensílios	3 a 7
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 4

### 3.2.2 – Bens do património histórico e cultural

A Fundação não detém ativos fixos tangíveis do domínio público, bem como não possui quaisquer bens suscetíveis de serem classificados como património histórico, artístico ou cultural.

### 3.2.3 – Imposto sobre o rendimento

A Fundação está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), relativamente rendimentos obtidos no exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários, quando, nos termos do Código do IRC, não sejam consideradas predominantemente de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Esta isenção não abrange os rendimentos derivados do exercício das atividades comerciais, industriais ou agrícolas, desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários.

Nos termos acima definidos, a Fundação encontra-se sujeita a IRC à taxa de 21% sobre o correspondente rendimento global, calculado de acordo com o artigo 53.º do Código do IRC. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, poderá ainda acrescer a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC, tendo em conta as condicionantes aplicáveis às entidades que não exercem a título principal, atividades de natureza comercial, industrial ou agrícola.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e de cinco anos para a Seg. Social, exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Fundação dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A dedução de prejuízos fiscais eventualmente apurados em cada uma das categorias do rendimento global, enquadradas no conceito de atividades comerciais, industriais ou agrícolas, apenas poderá ocorrer relativamente aos rendimentos da mesma categoria, ocorridos num ou mais dos cinco períodos de tributação posteriores, até 70% do montante do correspondente rendimento fiscal.

Nos termos da NCRF-ESNL, o imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar, não sendo reconhecidos os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporais entre o reconhecimento de rendimentos e gastos para fins contabilísticos e para fins de tributação.

#### 3.2.4 – Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Fundação consiste no custo médio ponderado.

#### 3.2.5 – Fundadores, patrocinadores, doadores, associados e membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros que se encontrem com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Fundação, estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### 3.2.6 – Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando as Entidades se constituem parte na respetiva relação contratual. No final do ano a Entidade avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existe uma evidência objetiva de imparidade, a Entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados. A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;



- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;

- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;

### 3.2.7 – Créditos a receber

As contas de Créditos a receber não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na demonstração de resultados na rubrica Imparidades de dívidas a receber, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

### 3.2.8 – Caixa e depósitos

A rubrica caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos à ordem, aplicações de tesouraria e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados em empréstimos bancários no passivo corrente.

### 3.2.9 – Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Fundação ou terceiros;

- Fundos acumulados e outros excedentes;

- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade, estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.10 – Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.



A Fundação reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Fundação obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Fundação baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

#### 3.2.11 – Subsídios, doações e legados à exploração

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Fundação irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios e doações, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

#### 3.2.12 – Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação

dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.2.13 – Transações e saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Fundação são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Fundação) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos ou recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua natureza (operacional, investimento e financiamento) no período em que são geradas.

### 3.2.14 – Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

b) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Fundação cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

### 3.2.15 – Fornecedores e outros passivos correntes

Os saldos de fornecedores e outros passivos correntes são contabilizados ao seu valor nominal.

## NOTA 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

### 4.1 – Aplicação inicial da disposição da NCRF-ESNL com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros

Neste período não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial da NCRF-ESNL.

### 4.2 – Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento) ou com possíveis efeitos em períodos futuros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 4.3 – Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

#### 4.4 – Erros materialmente relevantes de períodos anteriores

Não se verificaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

### NOTA 5. Ativos fixos tangíveis e intangíveis

Durante o período findo em 31/12/2021 e em 31/12/2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, são as seguintes:

	ATIVO BRUTO								
	Saldo em 01/01/2020	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf	Saldo em 31/12/2020	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf	Saldo em 31/12/2021
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 842 666,47	1 230,00	-	1 339,48	2 845 235,95	141 745,36	-	-	2 986 981,31
Equipamento básico	93 916,49	449,99	-	834,26	95 200,74	49 662,40	-	-	144 863,14
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	94 833,37	10 722,23	-	1 721,41	107 277,01	4 535,29	-	-	111 812,30
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	50 073,78	249,99	-	-	50 323,77	-	-	-	50 323,77
Investimentos em curso	-	45 534,32	-	-	45 534,32	1 672,50	-	(45 534,32)	1 672,50
Ativos intangíveis	6 888,00	-	-	-	6 888,00	-	-	-	6 888,00
	<b>3 088 378,11</b>	<b>58 186,53</b>	-	<b>3 895,15</b>	<b>3 150 459,79</b>	<b>197 615,55</b>	-	<b>(45 534,32)</b>	<b>3 302 541,02</b>

	DEPRECIACÕES ACUMULADAS								
	Saldo em 01/01/2020	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf	Saldo em 31/12/2020	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf	Saldo em 31/12/2021
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	516 382,93	68 827,32	-	1 013,90	586 224,15	79 013,85	-	17 502,29	682 740,29
Equipamento básico	85 999,86	4 951,74	-	444,94	91 396,54	14 496,06	-	-	105 892,60
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	80 841,41	7 258,87	-	595,44	88 695,72	7 859,73	-	-	96 555,45
Outros ativos fixos tangíveis	48 801,28	249,99	-	-	49 051,27	-	-	-	49 051,27
Ativos intangíveis	4 782,85	2 105,15	-	-	6 888,00	-	-	-	6 888,00
	<b>736 808,33</b>	<b>83 383,07</b>	-	<b>2 054,28</b>	<b>822 255,68</b>	<b>101 369,64</b>	-	<b>17 502,29</b>	<b>941 127,81</b>
<b>Valor Líquido Contabilístico - Ativos fixos tangíveis</b>					<b>2 328 204,11</b>				<b>2 361 413,41</b>
<b>Valor Líquido Contabilístico - Ativos Intangíveis</b>									

## NOTA 6. Inventários

A informação relativa a inventários com referência aos exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020 pode ser detalhada como se segue:

Inventários							
	Inventário em 01/01/2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2021
Matérias primas e consumíveis	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Produtos acabados	-	-	-	-	-	-	-
Mercadonas	5 655,14	250 121,59	-	6 883,06	361 344,08	-	5 560,31
	<u>5 655,14</u>	<u>250 121,59</u>	<u>-</u>	<u>6 883,06</u>	<u>361 344,08</u>	<u>-</u>	<u>5 560,31</u>
Custo das mercadonas vendidas e das matérias consumidas				<u>248 893,67</u>			<u>362 666,83</u>
Variações nos inventários da produção				-			-

## NOTA 7. Rédito

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo valor nominal do montante recebido ou a receber (considera-se que o valor nominal não difere materialmente do justo valor).

As restantes receitas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo, pelo que são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos ou gastos são registadas na rubrica de “diferimentos” ou “outras contas a pagar ou a receber”.

As quantias de cada categoria significativa de rédito em 31/12/2021 e 31/12/2020 são as seguintes:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2021			2020
	Réditos reconhecidos no período	%	Variação	Réditos reconhecidos no período
Venda de bens	365 583,07	90,18%	107 384,45	258 198,62
Prestação de serviços	38 000,00	9,37%	500,00	37 500,00
Subtotal	<u>403 583,07</u>	<u>99,55%</u>	<u>107 884,45</u>	<u>295 698,62</u>
Ganhos por aumentos de justo valor	72,17	0,02%	(80,78)	152,95
Outros	1 732,27	0,43%	(489,46)	2 221,73
Subtotal	<u>1 804,44</u>	<u>0,45%</u>	<u>(570,24)</u>	<u>2 374,68</u>
<b>Total</b>	<u><b>405 387,51</b></u>	<u><b>100%</b></u>	<u><b>107 314,21</b></u>	<u><b>298 073,30</b></u>

### NOTA 8. Subsídios, doações e legados à exploração

As quantias de cada categoria significativa de doações e outros subsídios em 31/12/2021 e 31/12/2020 são as seguintes:

Quantias de doações reconhecidas no período	2021			2020
	Doações reconhecidas no período	%	Variação	Doações reconhecidas no período
Donativos	1 044 809,51	99,85%	59 635,70	985 173,81
Outros (Sub. IEFEP)	1 553,68	0,15%	(7 746,25)	9 299,93
<b>Total</b>	<b>1 046 363,19</b>	<b>100%</b>	<b>51 889,45</b>	<b>994 473,74</b>

### NOTA 9. Imposto sobre o rendimento

No cálculo dos resultados tributáveis, aos quais é aplicada a taxa de imposto de 21%, os custos e proveitos não aceites fiscalmente são deduzidos ou acrescidos aos resultados contabilísticos.

O Conselho de Administração da Fundação entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2020 e 2021.

Nos exercícios de 2021 e 2020, os impostos sobre o rendimento são os seguintes:

	2021	2020
Imposto corrente	8 873,37	9 982,41
	<u>8 873,37</u>	<u>9 982,41</u>
Reconciliação da Taxa Efetiva de Impostos		
	2021	2020
Resultados Antes de Impostos	388 824,12	435 041,43
Tributação Autónoma	-	-
Imposto sobre o rendimento do período	<u>8 873,37</u>	<u>9 982,41</u>
Taxa média efetiva de imposto	<u>2,28%</u>	<u>2,29%</u>

## NOTA 10. Instrumentos financeiros

A Fundação desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

### 10.1 – Caixa e equivalentes

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depósitos bancários	2 242 117,08	1 946 362,70
Caixa	845,37	642,86
	<u>2 242 962,45</u>	<u>1 947 005,56</u>

### 10.2 – Créditos a receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Clientes, Conta Corrente	91 167,29	131 357,60
	<u>91 167,29</u>	<u>131 357,60</u>

### 10.3 – Outros ativos correntes

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Adiant. a fornecedores de investimentos	-	1 609,97
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Outros acréscimos de rendimentos	134 415,33	18 994,32
Outros Devedores	3 298,96	9 869,14
	<u>137 714,29</u>	<u>30 473,43</u>

### 10.4 – Diferimentos Ativos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Diferimento de gastos		
Rendas	371,65	371,65
Outros gastos diferidos	9 179,40	7 501,96
	<u>9 551,05</u>	<u>7 873,61</u>

### 10.5 – Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores, Conta Corrente	5 152,73	24 945,44
	<u>5 152,73</u>	<u>24 945,44</u>

### 10.6 – Estado e outros entes públicos

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Finanças	26 032,68	43 003,42
Segurança Social	6 541,38	6 057,57
	<u>32 574,06</u>	<u>49 060,99</u>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Saldos Devedores		
IVA - A Recuperar	1 187,20	1 663,29
	<u>1 187,20</u>	<u>1 663,29</u>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Saldos Credores		
Corrente		
IRC - A Pagar	8 873,37	9 982,41
Retenção imposto sobre o rendimento	3 970,00	3 893,00
IVA - A Pagar	14 376,51	30 791,30
Contribuição para a Segurança Social	6 541,38	6 057,57
	<u>33 761,26</u>	<u>50 724,28</u>
	<u>32 574,06</u>	<u>49 060,99</u>

### 10.7 – Outros passivos correntes

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Fornecedores de investimentos	1 163,30	-
Remunerações a pagar ao pessoal	94 387,44	63 853,43
Outros acréscimos de gastos	50 403,07	24 941,54
Outros Credores	2 583,21	4 245,23
	<u>148 537,02</u>	<u>93 040,20</u>

### 10.8 – Diferimentos Passivos

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Diferimentos de rendimentos		
Rendimentos a reconhecer (IEFP)	-	1 508,02
	<u>-</u>	<u>1 508,02</u>

### 10.9 – Movimentos nas rubricas de Fundos Patrimoniais

	Saldo em 01/01/2020	Aumentos	Reduções	Saldo em 31/12/2020	Aumentos e Reavaliações	Reduções	Saldo em 31/12/2021
Fundos	99 759,58	-	-	99 759,58	-	-	99 759,58
Resultados transitados	2 031 488,50	368 004,51	-	2 399 493,01	425 059,02	-	2 824 552,03
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 362 539,09	-	-	1 362 539,09	-	-	1 362 539,09
Resultado líquido do exercício	368 004,51	425 059,02	(368 004,51)	425 059,02	379 950,75	(425 059,02)	379 950,75
	<u>3 861 791,68</u>	<u>793 063,53</u>	<u>(368 004,51)</u>	<u>4 286 850,70</u>	<u>805 009,77</u>	<u>(425 059,02)</u>	<u>4 666 801,45</u>



#### NOTA 11. Gastos com o pessoal

Os benefícios dos empregados encontram-se refletidos em gastos com pessoal e não incluem benefícios pós-emprego, com exceção das contribuições legalmente obrigatórias, nem outros benefícios a longo prazo.

Os gastos reconhecidos detalham-se como se segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remunerações do pessoal	324 916,28	279 057,64
Encargos sobre Remunerações	67 349,99	58 945,21
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	3 715,43	3 702,98
Gastos de ação social	2 357,69	454,91
	<u>398 339,39</u>	<u>342 160,74</u>

Durante o exercício de 2021, o número médio de pessoal ao serviço foi de 10 colaboradores e durante o ano de 2020 foi de 9 colaboradores.

#### NOTA 12. Divulgações exigidas por diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a Fundação Infantil Ronald McDonald não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do decreto-lei 534/80, de 7 de Novembro. Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, informa-se que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

#### NOTA 13. Outras informações relevantes

##### 13.1– Fornecimentos e Serviços Externos

Os gastos reconhecidos em fornecimentos e serviços externos detalham-se como se segue na página seguinte:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Serviços Especializados</b>		
Trabalhos especializados	16 714,59	30 359,47
Publicidade e propaganda	19 401,73	38 441,84
Vigilância e Segurança	21 774,75	23 547,67
Comissões	60,97	122,36
Conservação e reparação	12 498,80	8 074,56
Outros serviços especializados	1 120,42	817,68
<b>Materiais</b>		
Ferramentas e Ut.de desgaste rápido	3 032,76	2 627,25
Livros e documentação técnica	-	60,12
Material de escritório	2 595,52	3 276,66
Artigos para oferta	45 351,58	14 579,92
<b>Energia e fluidos</b>		
Eletricidade	3 663,61	4 444,40
Combustíveis	-	75,86
Água	1 189,42	1 887,47
Outras energias e fluidos	354,23	705,12
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>		
Deslocações e estadas	5 062,90	7 325,24
Transporte de mercadorias	72,50	316,27
<b>Serviços diversos</b>		
Rendas e alugueres	5 277,26	4 147,16
Comunicação	10 484,11	11 339,78
Seguros	21 543,16	21 246,53
Despesas de representação	432,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	7 285,59	5 444,00
Outros serviços	-	58,35
	<u>177 915,90</u>	<u>178 897,71</u>

### 13.2 – Outros Gastos e Perdas

Os gastos reconhecidos em outros gastos e perdas detalham-se como se segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Impostos</b>		
Taxas	175,10	-
<b>Perdas em Inventários</b>		
Outras perdas	-	626,00
<b>Outros</b>		
Correções de exercícios anteriores	17 517,59	2 337,01
Donativos	3 528,54	230,00
Quotizações	500,00	500,00
Outros Gastos e Perdas	913,59	467,41
	<u>22 634,82</u>	<u>4 160,42</u>

### 13.3 – Investimentos Financeiros

	Outros Ativos Financeiros			
	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outros - FCT	4 696,46		3 607,98	
	4 696,46	-	3 607,98	-

### 13.4 – Impacto do Coronavírus (COVID-19)

O ano de 2021 continua marcado pela pandemia Covid-19 e consequentes restrições definidas pelo Governo para atenuar a contaminação do vírus Covid-19.

Em 2021, cumprindo com as normas de segurança e higiene definidas pelos hospitais, as Casas e o Espaço Familiar conseguiram reabrir:

- A Casa Ronald McDonald do Porto esteve a funcionar durante todo o ano,
- A Casa Ronald McDonald de Lisboa, após a renovação das zonas públicas, reabriu no final de agosto,
- O Espaço Familiar de Santa Maria, no seguimento de melhorias realizadas na área da cozinha reabriu em abril.

Em Dezembro de 2021, foi inaugurada a Sala de Brincar no Hospital de São João, um programa local da Fundação Infantil Ronald McDonald.

Apesar do contexto de incertezas, a situação financeira da Fundação Infantil Ronald McDonald e as medidas que adotou, permitiram-lhe fazer face às suas obrigações e manter a sua atividade integral.

### 13.5 – Eventos subsequentes à data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

A FIRM tem acompanhado a evolução dos acontecimentos ocorridos após 24 de fevereiro de 2022, com o início do conflito militar desencadeado pela invasão da Ucrânia por parte da Federação Russa. Esta situação originou uma incerteza acrescida sobre a evolução das economias e dos mercados financeiros a nível mundial, não sendo possível, à data, estimar os potenciais efeitos futuros nas operações da Entidade. Não identificámos, a esta data, quaisquer impactos materiais que devessem originar alterações às demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado

